



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Trata-se de projeto básico referente à contratação de empresa especializada na prestação de obra de engenharia para Construção da 4ª Etapa do Centro Acadêmico de Vitória / CAV da UFPE, com mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução de todos os serviços. Este Projeto contém:

1.2. As especificações técnicas do objeto previsto por este projeto básico se encontram discriminadas no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I), Memorial Descritivo (Anexo XI), Projeto Executivo de Arquitetura (Anexo XII), Projeto Executivo de Cálculo Estrutural (Anexo XIII), Projeto Executivo de Instalação Hidrossanitária (Anexo XIV), Projeto Executivo de Instalação Elétrica (Anexo XV), Projeto Executivo de SPDA (Anexo XVI), Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado (Anexo XVII), Projeto Executivo de Climatização e Exaustão (Anexo XVIII), Projeto Executivo de Instalação de Gás (Anexo XIX), Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio (Anexo XX) e Projeto de Sinalização (Anexo XXI);

1.3. O objeto tem a natureza de obra de engenharia;

1.4. A contratação se dará por menor preço global do item único, em observância ao preço máximo unitários e global dos subitens da contratação;

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário;

1.6. Para a elaboração deste projeto básico foi adotada como baliza legal, além dos instrumentos normativos citados no item 2 deste documento, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

1.7. Além das diretrizes acima, faz-se necessário observar as recomendações de soluções economicamente viáveis previstas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União;

1.8. Considerando que, segundo a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o anteprojeto é definido como “peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico” e, ainda, que o projeto básico representa “um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução”, **o presente instrumento assume as funções de anteprojeto e projeto básico por contemplar em seu conteúdo todos os elementos necessários à caracterização dos citados documentos;**

1.9. Este documento também reúne um conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa dos serviços, com o detalhamento das soluções previstas, a identificação de serviços, de materiais, suas especificações técnicas, bem como seus quantitativos e o cronograma físico-financeiro, de acordo com as



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

normas técnicas pertinentes, através dos elementos técnicos dispostos nos seus anexos (projetos executivos de arquitetura e complementares, memorial descritivo, planilhas de quantitativos e serviços).

2. REFERÊNCIA LEGAL E NORMATIVA CONFORME ETP

2.1 Identificam-se como parâmetros legais a subsidiar a contratação:

- 2.1.1. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública diretas, autárquicas e fundacionais da União;
- 2.1.2. A Resolução CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – nº 267, de 14 de setembro de 2000, publicada no DOU nº 237, de 11/12/2000, Seção I, páginas 27-29, decorrente do Tratado Internacional conhecido como Protocolo de Montreal, do qual o Brasil é um dos signatários;
- 2.1.3. E demais normativos referentes aos serviços ora planejados e à legislação a estes associada, que os substituam ou a estes se superpõem, dispostos no Estudo Técnico Preliminar Anexo I, deste instrumento.

2.2 Nesta contratação também devem ser aplicadas as seguintes normas técnicas:

2.2.1. Proteção ambiental

- Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil).
- Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal);
- IN 01/2010 (Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal).

2.2.2. Acessibilidade

- ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos);
- ABNT NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

2.2.3. Cabeamento Estruturado

- ABNT NBR 14565 (Cabeamento estruturado para edifícios comerciais);
- ABNT NBR 16415 (Caminhos e espaços para cabeamento estruturado).

2.2.4. Canteiro de obras

- NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);
- NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes);
- NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);
- NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);
- NR 8 (Edificações);
- NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);
- NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);
- NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);
- NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);
- NR 17 (Ergonomia);
- NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);
- NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);
- NR 26 (Sinalização de segurança);
- NR 28 (Fiscalização e penalidades).

2.2.5. Climatização

- ABNT NBR 16401 (Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários)

2.2.6. Estruturas de concreto armado

- ABNT NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);
- ABNT NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento);
- ABNT NBR 6122 (Projeto e execução de fundações).

2.2.7. Gases

- ABNT NBR 15526 (Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - projeto e execução);
- ABNT NBR 12188 (Sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviços de saúde);
- Todas as demais normas aplicáveis aos tipos de gases instalados na edificação.

2.2.8. Instalações elétricas

- ABNT NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão)
- ABNT NBR 14039 (Instalações elétricas de média tensão)

2.2.9. Instalações hidrossanitárias



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- ABNT NBR 8160 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução);
- ABNT NBR 5626 (Instalação predial de água fria).

2.2.10. Prevenção e combate a incêndios

- Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco e demais normas correlatas emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco;
- ABNT NBR 10897 (Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos - requisitos);
- ABNT NBR 10898 (Sistema de iluminação de emergência);
- ABNT NBR 11742 (Porta corta-fogo para saída de emergência);
- ABNT NBR 12693 (Sistema de proteção por extintores de incêndio);
- ABNT NBR 9077 (Saídas de emergência em edifícios);
- ABNT NBR 17240 (Sistemas de detecção e alarme de incêndio - projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme).

2.2.11. SPDA

- ABNT NBR 5419 (Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas).

2.2.12. Outras normas técnicas aplicáveis

- Todas as normas técnicas aplicáveis à climatização e exaustão de edificações;
- Todas as normas técnicas aplicáveis à sinalização de edificações.

3. JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Fundado em 21 de agosto de 2006, o Centro Acadêmico de Vitória (CAV) é estruturado em cinco núcleos de conhecimento: Enfermagem, Nutrição, Licenciatura em Ciências Biológicas, Educação Física e Saúde Coletiva. São oferecidos os seguintes cursos de graduação na modalidade presencial: Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Educação Física, Bacharelado em Nutrição, Licenciatura em Educação Física, Bacharelado em Saúde Coletiva e Bacharelado em Enfermagem. Na modalidade de ensino a distância, são oferecidos os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação Física;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

3.2. Na pós-graduação, são ofertados os seguintes programas: Mestrado Profissional em Ensino de Biologia (PROFBIO), Pós-Graduação em Nutrição, Atividade Física e Plasticidade Fenotípica (PPGNAFPF), Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde (PRMIAS), Pós-Graduação Multicêntrica em Ciências Fisiológicas (PPGMCF) e a Pós-Graduação Profissional em Saúde da Família (PROFSAUDE). Além desses cursos e programas já ofertados, o Centro Acadêmico de Vitória (CAV) planeja expandir a quantidade de vagas ofertadas, tanto nos cursos e programas já existentes quanto na criação de novos;

3.3. Nessa perspectiva, em curto prazo, o Centro Acadêmico de Vitória intenciona, ampliar os cursos de pós-graduação em Educação Física e em Saúde Coletiva. Já em médio-longo prazo, há a expectativa de criação dos cursos de Biblioteconomia e Biomedicina. Além disso, com a construção da 4ª etapa do Centro Acadêmico de Vitória, será possível ampliar a quantidade de vagas ofertadas nos cursos já existentes em 50 vagas a mais por ingresso;

3.4. Dessa forma, considerando essas futuras expansões planejadas, há a expectativa de que o quantitativo de alunos atendidos no Centro Acadêmico de Vitória aumente dos atuais 2128 alunos para cerca de 2900;

Ademais, conforme ressaltado em manifestação endereçada à SPO pelo Diretor do CAV José Antônio dos Santos, o Centro atualmente não dispõe de espaço físico suficiente para abrigar adequadamente professores, servidores e alunos:

3. No ano de 2016 foi finalizado o Projeto Executivo da obra do prédio da 4ª etapa, prevista inicialmente para a consolidação da implantação inicial do CAV. Desde a finalização do projeto executivo o CAV estava aguardando recursos para a contratação da obra. Em análise feita pela COORDENAÇÃO DE CADASTRO DE BENS IMÓVEIS (CCBI/SPO) foi observado que os docentes ocupam área abaixo do padrão estipulado pelo Plano de Uso e Ocupação da UFPE, que é de 7,00 m²/professor. Segundo os cálculos demonstrados na análise supracitada, a área per capita equivale a 3,00 m²/professor. De acordo com as diretrizes fixadas no referido Plano e as informações parciais recebidas, o uso dos gabinetes de docência não atende aos requisitos de área, porque existe uma carência de espaço (entre 7 e 9 metros) por professor. Além disso, na sala da diretoria (Diretor e Vice-diretor do Centro), as áreas ultrapassam o limite máximo para este tipo de gabinete (9,00m²). Entretanto, esse limite aumenta em se tratando de atividades administrativas (sobe para os valores entre 9,00 e 12,00m²), podendo ser considerado um acréscimo de área para auxiliares e para mesa de reunião, sendo assim um espaço insuficiente, pela ausência de sala específica para reuniões com as autoridades que visitam o CAV.

4. É possível observar que a média geral de área per capita por funcionário administrativo foi de 5,24 m², valor inferior ao recomendado. Portanto, enseja-se a necessidade de construção de novos gabinetes de professores, além de novas salas para acomodar o corpo técnico-administrativo, espaços que serão contemplados na obra da 4ª etapa.

5. Em relação às atividades de salas de aula, a média geral de área per capita por aluno em salas de aula é de 0,52 m². De acordo com os parâmetros do Plano de Uso e Ocupação, este valor encontra-se abaixo das metragens ideais, que são acima de um (01) metro quadrado por aluno. Essa falta de espaço adequado apresenta um risco para os alunos e dificulta o processo de ensino-aprendizagem. Com a construção das novas salas de aula, contempladas na referida obra, será possível mitigar os problemas de falta de espaço para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

as atividades de ensino e prover melhores condições para concretização das funções precípuas finalísticas do Campus Vitória.

3.5. Além disso, possibilitará suprir o Centro com quantitativo de salas de aula necessário proporcionando assim, possível rescisão do contrato de aluguel relativo ao prédio de ensino localizado na Rua Dr. João Moura.

4. OBJETIVOS

4.1. Especificamente, esta contratação tem por objetivo:

4.1.1. Proporcionar a construção de espaços destinado à atividade do Biotério respeitando legislação ANVISA vigente, disponibilizando desta forma um espaço de excelência no desenvolvimento de pesquisas científicas para a comunidade acadêmica;

4.1.2. Ampliação de quantitativo de salas de aula e gabinetes de professor do Centro Acadêmico de Vitória;

4.1.3. Adequar a edificação às normas de acessibilidade atualmente vigentes, em especial a ABNT 9050/2020;

4.1.4. Construção de laboratório destinado à atividade de plastinação, procedimento técnico e moderno da preservação de matéria biológica. Com esta técnica, evita-se o uso de soluções conservantes tóxicas e de odor desagradável, como o formaldeído, bem como eleva a durabilidade das peças, característica útil para as atividades de pesquisa, ensino e expositivas em anatomia;

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. O programa arquitetônico da Construção da 4ª etapa do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco compreende a demolição do bloco de salas de aula 01 e a posterior construção de edificação composta pelo piso enterrado, semienterrado, quatro pavimentos e uma coberta/terraço.

5.2. O novo edifício terá área construída de 3.980,14m² distribuídos da seguinte forma:

- Pavimento enterrado, com área de 95,92 m²
- Pavimento semienterrado, com área de 299,51 m²;
- Pavimento térreo, com área de 818,54 m²;
- 1º Pavimento, com área de 954,02 m²;
- 2º Pavimento, com área de 954,02 m²;
- 3º Pavimento, com área de 954,02 m²;
- Coberta, com área de 1.050,68 m²;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- 5.3. O programa de necessidades é composto por: Depósito, Almoxarifado, Biotério com ambientes de apoio, Laboratório de nutrição experimental, Laboratórios de anatomia, Sala de tanques, Sala de técnicas, Sala de plastinação, Sala de motores, Sala de estudos, Sala de vídeo monitoramento, 14 Salas de aula com capacidade para 50 alunos cada, 02 Laboratórios, Laboratório de informática, Sala professores substitutos, Salas de atividades administrativas, 14 Gabinetes de professor com capacidade para 03 pessoas cada, Salas de reunião, Estar, Sanitários, Copas, DML e grande terraço na cobertura.
- 5.4. Para atendimento à demanda, foram propostas soluções projetuais baseando-se no uso do edifício, nas limitações e viabilidade técnicas, nas normas técnicas inerentes e vigentes (a exemplo: NBR 9050, NBR 14.718, NBR 16.537).
- 5.5. Para identificação do local de realização de cada serviço e sua respectiva quantificação, deverão ser consultados os Projeto Executivo de Arquitetura (Anexo XII) Projeto Executivo de Cálculo Estrutural (Anexo XIII), Projeto Executivo de Instalação Hidrossanitária (Anexo XIV), Projeto Executivo de Instalação Elétrica (Anexo XV), Projeto Executivo de SPDA (Anexo XVI), Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado (Anexo XVII), Projeto Executivo de Climatização e Exaustão (Anexo XVIII), Projeto Executivo de Instalação de Gás (Anexo XIX), Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio (Anexo XX) e Projeto de Sinalização (Anexo XXI) e a Planilha de Preços dos Serviços e Quantitativos (Anexo II) - Anexos deste Projeto Básico
- 5.6. Além disso, houve também a preocupação com a acessibilidade física entre os ambientes. O projeto de acessibilidade está alinhado com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de referência mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.
- 5.7. Está também de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, que possui como objetivo estratégico “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física, de segurança e bibliotecas, garantindo a acessibilidade com eficácia”. Tal objetivo se desdobra em 10 ações, dentre as quais merece destaque a 17.6, que seria “Ampliar, recuperar e manter as edificações dos campi”.

5.8. Princípios de Sustentabilidade

- 5.8.1. Na fase projetual foram observadas diretrizes de sustentabilidade visando a melhoria no desempenho ambiental do edifício e promoção da redução do impacto do mesmo no meio ambiente. Foi ponderado a gestão de resíduos da construção, de energia elétrica e de recursos hídricos.

5.9. Ações implementadas na Gestão de resíduos:

- 5.9.1. O destino final do material proveniente das demolições, comumente denominado de entulho de obra, obedeceu ao Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil com previsão em planilha da destinação através de caçambas estacionárias que descartam o material em usinas de tratamento de resíduos.

5.10. Ações implementadas na Gestão de energia elétrica:

- 5.10.1 Iluminação artificial através de luminárias de LED associadas à otimização do uso de energia elétrica uma vez que durante a noite, as mesmas convertem mais de 80% da energia em luminosidade, representando uma economia de energia em torno de 90%.

5.11. Ações implementadas na Gestão de recursos hídricos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

5.11.1 Uso de elementos economizadores como torneiras temporizadas, cujo modelo é capaz de poupar até 70% se comparado às convencionais e válvulas de descarga com mecanismo de acionamento duplo universal (três e seis litros) que possibilitam uma economia de 60% da água utilizada na higienização da bacia sanitária.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Trata-se de obra de engenharia, não continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser adquirido mediante licitação, o prazo para conclusão dos serviços será de **540 (quinhentos e quarenta) dias corridos** (contados do recebimento pela Contratada da ordem de serviço e da nota de empenho correlacionadas), por demanda definida.
- 6.2. Os serviços enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 6.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

7.1 Todos os elementos referentes à especificação técnica encontram-se pormenorizados no Memorial Descritivo (Anexo XI), Projeto Executivo de Arquitetura (Anexo XII) Projeto Executivo de Cálculo Estrutural (Anexo XIII), Projeto Executivo de Instalação Hidrossanitária (Anexo XIV), Projeto Executivo de Instalação Elétrica (Anexo XV), Projeto Executivo de SPDA (Anexo XVI), Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado (Anexo XVII), Projeto Executivo de Climatização e Exaustão (Anexo XVIII), Projeto Executivo de Instalação de Gás (Anexo XIX), Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio (Anexo XX) e Projeto de Sinalização (Anexo XXI) deste Projeto Básico.

8. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- 8.1. O objeto referenciado neste projeto básico está alinhado ao Mapa Estratégico do Plano Estratégico Institucional da UFPE (PEI) na vigência 2013-2027, especificamente quanto ao seu décimo quinto objetivo estratégico: “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade”, na folha 27 do referido PEI.
- 8.2. O **Plano Estratégico Institucional – PEI** da UFPE para o período 2013-2027, em sua página 05 nos remete a:

“Atenção especial vem sendo dada à **manutenção das infraestruturas** da UFPE, que teve um expressivo crescimento nos últimos anos. O objetivo é cuidar dos espaços coletivos, internos e externos, tornando-os mais humanos e seguros, ampliando as moradias e restaurantes estudantis, além de construirmos novos laboratórios de pesquisa e salas de aula, inseridas no novo Plano Diretor”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A empresa contratada deve executar os serviços de acordo com as normas de engenharia e/ou arquitetura aplicáveis, bem como em conformidade com os normativos descritos no item 2 deste documento e todos que a estes se relacionem ou os sobreponham.
- 9.2. Com vistas a atender à necessidade pública da UFPE, ratificam-se os serviços a serem contratados como sendo **de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, pois visam a atender à necessidade pública de imediato, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017).
- 9.3. O prazo para conclusão dos serviços será de 540 (quinhentos e quarenta) dias corridos, contado do recebimento pela Contratada da ordem de serviço e da nota de empenho emitidas por esta Instituição, restando incluído nesse prazo o tempo necessário à entrega, pela Contratada, do produto decorrente da licitação em pauta, à apresentação de possíveis retificações solicitadas pela Contratante e à sua aprovação.
- 9.4. A empresa participante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 9.5. Deverá ser apresentado pela **empresa participante** Registro ou inscrição no **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA**, conforme as áreas de atuação e em plena validade.
- 9.6. É vedada a Participação de pessoa física, devido às características do Objeto, obra, pois a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme prevê o art. 4º da IN SEGES/ME nº 116/2021.
- 9.7. É vedada a Participação de Microempreendedor Individual -MEI, devido às características do Objeto, **obra**, pois a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza do MEI, que restringe a contratação de pessoal para execução dos serviços, sem previsão de subcontratação.
- 9.8. É vedada a participação de Cooperativas, conforme determina a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024, nº PE000661/2023 (Anexo XXII), em virtude da natureza da presente contratação, que não permite a contratação de cooperativas pelas empresas prestadoras do referido serviço. Vide CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - COOPERATIVAS."
- 9.9. Não será permitida a participação de Consórcios na presente licitação, uma vez que se trata de uma contratação de baixo vulto econômico, pois está abaixo do que enquadra a Lei 14.133/2021 em seu Art. 6º, inc XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Além de ser uma obra de baixa complexidade.
- 9.10. O serviço será acompanhado pela fiscalização técnica indicada pela Contratante.
- 9.11. A prestação do serviço fora das especificações indicadas neste projeto básico e em desconformidade com as exigências solicitadas implicará a recusa por parte da Contratante e deverá ser retificada pela Contratada em tempo hábil, considerando o prazo previsto pelo **subitem 9.3** para a conclusão dos serviços, sem que acarrete despesa adicional de qualquer natureza à UFPE.
- 9.12. A conclusão do serviço estará condicionada à aprovação do produto pela Diretoria de Fiscalização e Obras da SPO/UFPE.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

10.1. Segundo o projeto executivo de arquitetura elaborado pela arquiteta Débora Oliveira (CAU A64074-3), as intervenções necessárias tratam-se, principalmente, das seguintes:

10.1.1. Pisos

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento natural, cor prata/V2;
Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento natural, cor white/V2;
Construção de piso cimentado com acabamento desempenado;
Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 90x90cm., acabamento natural, cor Portland/V2;
Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento exterior, cor prata/V2;
Construção de piso de alta resistência moldado in loco, acabamento polido;
Construção de piso de alta resistência moldado in loco, acabamento antiderrapante;
Construção de piso cimentado com acabamento desempenado liso;
Aplicação de revestimento em pedra natural tipo cariari.

10.1.2. Paredes

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento polido, cor Portland/V2;
Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento polido, cor white/V2;
Aplicação de massa única com acabamento em massa corrida e pintura em látex acrílico;
Aplicação de revestimento em pastilhas de porcelana, tipo A, formato 2,5x2,5cm;
Instalação de divisórias tipo S-60.2;
Aplicação de pintura em textura acrílica com acabamento em tinta látex acrílica acetinada;
Aplicação de pintura em látex PVA.

10.1.3. Tetos

Instalação de forro em gesso liso placas 60x60cm;
Instalação de forro termoacústico constituído por painéis modulares removíveis em fibra mineral, dimensões 625x625mm;
Instalação de forro contínuo suspenso, liso, em placa de gesso acartonado;
Aplicação de massa única e acabamento em massa corrida em laje de concreto.

10.1.4. Outras intervenções

Aplicação de chapim pré-moldado em concreto aparente FCK 30Mpa, seção em "U";
Impermeabilização com manta asfáltica espessura 4mm;

Para identificação do local de realização de cada serviço e sua respectiva quantificação, deverão ser consultados os projetos executivos de arquitetura e a planilha orçamentária da obra. Deverão ser consultados, também, os projetos complementares de engenharia.

10.2. Estima-se que a área total de intervenção, extraída do projeto executivo de arquitetura, seja de 3.980,14 m², incluindo, principalmente, os seguintes ambientes:

- I. Pavimento enterrado, com área de 95,92 m²
- II. Pavimento semienterrado, com área de 299,51 m²;
- III. Pavimento térreo, com área de 818,54 m²;
- IV. 1º Pavimento, com área de 954,02 m²;
- V. 2º Pavimento, com área de 954,02 m²;
- VI. 3º Pavimento, com área de 954,02 m²;
- VII. Coberta, com área de 1.050,68 m²;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Por fim, insta esclarecer que todas as intervenções a serem realizadas, bem como seus respectivos quantitativos, estarão integralmente previstos no projeto executivo de arquitetura e na planilha orçamentária anexados ao projeto básico da contratação.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos para a execução da despesa proveniente do presente projeto básico correrão à conta de recursos alocados no orçamento do Tesouro Nacional, cuja reserva orçamentária será indicada pela Diretoria de Orçamento da Pró Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN/DORC.

12. CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, compreendendo o cadastro da empresa no SICAF previamente à contratação, em conformidade com o disciplinado neste documento;

12.2. Exige-se Certidão de Registro ou inscrição da empresa proponente no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme a área de atuação e em plena validade na data de apresentação da proposta;

12.3. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características e quantidades com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação de acordo com a quantidade mínima aceitável prevista abaixo:

- **Execução de concretagem de estruturas, $F_{ck} \geq 30 \text{MPa}$: quantitativo mínimo de 200,00m³;**
- **Execução de montagem e desmontagem de forma em chapa de madeira compensada: quantitativo mínimo 1.000,00m²;**
- **Execução de revestimento cerâmico com placas tipo porcelanato: quantitativo 500,00m²;**
- **Execução de revestimento cerâmico em pastilhas: quantitativo 500,00m²;**

12.3.1. Para a definição das parcelas de maior relevância e valor significativo as quais serão exigidas as comprovações de capacidades técnico-operacional e técnico-profissional, foram considerados os itens da Curva ABC - Planilha da Curva ABC (Serviços), cujo o peso dos percentuais individuais apresentam-se superior a 4%.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

12.4. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

12.4.1 Documento elaborado pelo contratante da empresa participante do certame; Descrição das características técnicas das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;

12.4.2 Início e término da etapa da obra ou serviço referente ao atestado com menção da empresa responsável pela execução, com data da sua emissão firmado por representante legal do contratante;

12.4.3 Com indicação do documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART);

12.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

12.5.1 Deverá ser apresentada comprovação da vigência do registro no CREA do profissional designado como responsável técnico, juntamente com comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da execução dos serviços descritos, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativas à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

12.5.1.1 **Engenheiro Civil** com experiência em **EXECUCAÇÃO DE CONCRETAGEM DE ESTRUTURAS FCK \geq 30MPa, EXECUÇÃO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO COM PLACAS TIPO PORCELANATO, EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PASTILHA**, acompanhada da Certidão de Acervo Técnico (CAT) com Atestado de Capacidade Técnica e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrados no CREA, por execução de serviço para empresa privada ou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

12.5.2. O responsável técnico deve ser expressamente designado em documento onde conste o objeto da contratação, nome do designado, nº do CREA, e assinatura do representante legal da empresa.

12.5.3. Para a definição das parcelas de maior relevância e valor significativo as quais serão exigidas as comprovações de capacidades técnico-operacional e técnico-profissional, foram considerados os itens da Curva ABC - Planilha da Curva ABC (Serviços), cujo o peso dos percentuais individuais apresentam-se superior a 4%.

12.6 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa, na data prevista para entrega da proposta.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

12.7 Entende-se, para fins deste Instrumento, como pertencente ao quadro da empresa:

12.7.1. Profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da contratação (Acórdãos 33/2011 e 2.299/2011, ambos do Plenário do TCU);

12.7.2. Prestador de serviços (Acórdão 141/2008 – Plenário do TCU, DOU de 15/02/2008); empregado; ou sócio; ou diretor.

12.8 A comprovação de vinculação do profissional detentor da(s) certidão(ões) de acervo técnico, além do exigido nos subitens anteriores, far-se-á por meio dos seguintes documentos:

12.8.1 Profissional Disponível: Declaração de conhecimento do objeto a ser contratado e disponibilidade para acompanhamento dos serviços, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame;

12.8.2 Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;

12.8.3 Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

12.8.4 Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;

12.8.5 Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

12.8.6 Ou, ainda, cadastro no SICAF em que constem os dados do responsável.

12.9 A condições para vistoria referente a execução do serviço a ser contratado está disposto no item 17 deste Projeto Básico;

12.9.1 A empresa participante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente contratação.

13. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

13.1 Se dará por menor preço global do item único, em observância aos preços máximos unitários e global dos subitens e da contratação;

13.2 As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas. Em razão do regime de execução da contratação pretendida, empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta com menor preço global, na qual se mantenha em qualquer um dos seus preços unitários valores que superem os correspondentes preços unitários de referência fixados pela UFPE, bem como, superem os percentuais máximos de BDI fixados pela UFPE e encargos sociais exigíveis, em conformidade com os projetos e a Planilha de Preços dos Serviços e Quantitativos (Anexo II), anexos a este instrumento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- 13.2.1 Os preços unitários (Valores Unitários incluindo o BDI) e o valor global do orçamento são os parâmetros de preços máximos, fixados pela UFPE para aceitação e julgamento das propostas dos licitantes, bem como os percentuais máximos de BDI e os encargos sociais exigíveis.
- 13.2.1.1 Assim, o **preço unitário** é dado pelo custo unitário, acrescido do percentual de BDI
- 13.3 A proposta de preço, apresentada será redigida no idioma pátrio firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:
- 13.3.1 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame;
- 13.3.2 Descrição do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;
- 13.3.3 Prazo de execução da obra em dias corridos;
- 13.4 À proposta serão anexadas obrigatoriamente:
- 13.4.1 **Planilha de Preço dos Serviços e Quantitativos**, idêntica à fornecida pela UFPE- **Anexo II**, com valores monetários em reais, com apenas duas casas decimais e em conformidade com os preços praticados no mercado;
- 13.4.2 **Cronograma físico-financeiro**, com periodicidade de 30 (trinta) dias corridos, matematicamente correto, não se admitindo parcela na forma de pagamento antecipado, com especificação física de acordo com o modelo apresentado no Projeto Básico no **Anexo III**, o qual estará sujeito a ajustes, em função de motivos supervenientes, especialmente os de natureza operacional;
- 13.4.3 O cronograma físico-financeiro proposto pela licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico **Anexo III**;
- 13.4.4 Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma;
- 13.4.5 **Planilha de Composição dos Preços Unitários – Anexo IV**, compatível com o modelo fornecido pela UFPE, contendo todas as composições, incluindo todos os insumos e discriminando as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
- 13.4.6 Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- 13.4.7 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- 13.4.8 Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- 13.4.9 **Planilha-Padrão de Composição Analítica da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) - Anexo IX** deste Projeto Básico, aplicada na composição dos preços unitários, detalhando todos os componentes do BDI, inclusive em forma percentual;
- 13.4.10 Para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, sendo obrigatória a indicação de Taxa Percentual positiva para cada um dos itens listados no modelo, limitada a, no máximo, 20,92% (vinte vírgula noventa e dois por cento) referente ao fornecimento de materiais/equipamentos, e 30,52% (trinta vírgula cinquenta e dois por cento) referente às demais despesas, observados os percentuais estabelecidos pela Receita Federal para a COFINS – impostos;
- 13.4.11 Para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Pagamento, sendo obrigatória a indicação de Taxa Percentual positiva para cada um dos itens listados no modelo, limitada a, no máximo, 15,27% (quinze vírgula vinte e sete por cento) referente ao fornecimento de materiais/equipamentos, e 24,20% (vinte e quatro vírgula vinte por cento) referente às demais despesas, observados os percentuais estabelecidos pela Receita Federal para a COFINS – impostos;
- 13.4.12 Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
- 13.4.13 As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- 13.4.14 As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;
- 13.4.15 As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006;
- 13.4.16 A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

13.4.17 Planilha-Padrão de Composição Analítica das Taxas e Encargos Sociais Aplicados - Anexo X;

13.4.18 Para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, indicação obrigatória de taxa de percentual positiva para cada um dos itens indicados, não devendo ser preenchidos os itens B1, B2 e B7 na coluna do mensalista, limitada a no máximo 84,35% (oitenta e quatro vírgula trinta e cinco por cento) e 46,41% (quarenta e seis vírgula quarenta e um por cento) para horista e mensalista respectivamente.

13.4.19 Para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Pagamento, indicação obrigatória de taxa de percentual positiva para cada um dos itens indicados, não devendo ser preenchidos os itens B1, B2 e B7 na coluna do mensalista, limitada a no máximo 113,98% (cento e treze vírgula noventa e oito por cento) e 70,00% (setenta por cento) para horista e mensalista, respectivamente

13.4.20 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada

13.4.21 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

13.4.22 Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

13.4.23 Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento;

13.4.24 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar à Comissão Especial de Licitação ou à gestão do contrato, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior;

13.4.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

13.4.26 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

13.5 Erros no preenchimento das planilhas não constituem motivo para a desclassificação da proposta;

13.5.1 A planilha poderá ser ajustada pelo licitante desde que não haja majoração do preço GLOBAL proposto, no prazo indicado pela UFPE após convocação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

14. CONTRATO

14.1 O prazo de vigência da contratação é de **675 (seiscentos e setenta cinco)** dias contados da assinatura do contrato pelas partes prorrogável na forma dos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, até o recebimento definitivo do serviço, neste prazo computados:

14.1.1 Emissão da ART, emissão da ordem de serviços – em até 30 (trinta) dias;

14.1.1.1 Após a assinatura do termo de contrato, o contratado deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA/PE, entregando uma via à fiscalização, no prazo de 10 (dez) dias úteis, comprovante indispensável para o início da obra;

14.1.2 **Execução**, considerada a data de recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada – **540 (quinhentos e quarenta) dias** corridos;

14.1.3 Recebimento provisório - 15 (quinze) dias;

14.1.4 Recebimento definitivo da obra - 90 (noventa) dias;

14.1.5 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

14.2 Após o recebimento da ordem de serviço e da nota de empenho correlatas, a Contratada deverá iniciar a execução dos serviços e terá 540 (quinhentos e quarenta) dias corridos para sua conclusão.

14.3 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da beneficiária de contratar com o Poder Público.

14.4 A beneficiária terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a ordem de serviço e a nota de empenho, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste projeto básico.

14.5 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para aceite da ordem de serviço e da nota de empenho, a Administração poderá encaminhá-las para aceite da beneficiária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (e-mail), para que sejam aceitas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.6 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da beneficiária e aceita pela Administração.

14.7 Antes do aceite da ordem de serviço e da nota de empenho, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

14.8 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste projeto básico.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

15. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A entrega do produto decorrente da presente licitação, a apresentação de possíveis retificações solicitadas pela Contratante e sua aprovação deverão ser realizadas em 540 (quinhentos e quarenta) dias corridos, contados do recebimento pela Contratada da ordem de serviço e da nota de empenho correspondentes.

15.2. O setor responsável pelo recebimento do serviço vinculado a esta licitação, pela indicação de possíveis correções e sua aprovação final será a Diretoria de Planos e Projetos da SPO/UFPE.

15.2.1. A Diretoria de Planos e Projetos da SPO/UFPE realizará análise minuciosa dos serviços executados pela Contratada, por meio de profissionais técnicos competentes, com a finalidade de verificar a adequação do produto por ela apresentado para constatar e relacionar as retificações e/ou complementações que se fizerem necessárias.

15.2.1.1. A Contratada fica obrigada a retificar e/ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no ato do recebimento.

15.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço, ou, em qualquer época, das responsabilidades por ela assumidas e por força das disposições legais em vigor.

15.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste projeto básico e na proposta, devendo ser corrigidos/complementados/substituídos no prazo fixado no presente instrumento, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.5 Recebimento Provisório da obra será realizado pela DFO/SPO, mediante termo circunstanciado conclusivo, assinado pelas partes que verificará e atestará o cumprimento de todas as exigências contratuais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação, por escrito, do contratado, informando a conclusão da obra.

15.6 Definitivamente pela DFO/SPO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que comprove a adequação do objeto no prazo de 90 (noventa) dias após o recebimento provisório.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 25.217.752,35 (vinte e cinco milhões duzentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta dois reais e trinta e cinco centavos), conforme preços unitários apostos no Anexo II, deste Projeto Básico.

17. VISTORIA PARA O CERTAME

17.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo whatsapp 81 2126.7039 e e-mail dpp.spo@ufpe.br.

17.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para a abertura da licitação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

17.2.1 Para a vistoria o engenheiro civil ou arquiteto indicado pelo licitante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

17.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

17.4 A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

17.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

17.6 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato, e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

ANEXOS PB

I-Estudo Técnico Preliminar;

II-Planilha de Preços dos Serviços e Quantitativos;

III-Cronograma;

IV-Planilha de Composição dos Preços Unitários;

V-Memória de Cálculo;

VI-Mapa de cotações;

VII-Curva ABC Insumos;

VIII-Curva ABC Serviços;

IX-Planilha de Composição Analítica da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI);

X-Planilha de Composição Analítica das Taxas de Encargos Sociais Aplicados;

XI- Memorial Descritivo;

XII- Projeto Executivo de Arquitetura;

XIII-Projeto Executivo Cálculo Estrutural;

XIV-Projeto Executivo de Instalação Hidrossanitária;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

XV-Projeto Executivo de Instalação Elétrica;

XVI-Projeto Executivo de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas;

XVII-Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado;

XVIII-Projeto Executivo de Climatização e Exaustão;

XIX-Projeto Executivo de Instalação de Gás;

XX-Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio;

XXI-Projeto de Sinalização;

XXII-CCT 2023/2024.

.

Recife, 09 de setembro de 2024.

Maria Isabel Pinto de Oliveira
Diretora de Planos e Projetos/SPO/UFPE

Aprovo e autorizo este Projeto Básico, 15/04/2024.

Carlos Henrique Lopes Falcão
Superintendente de Projetos e Obras/UFPE



Emitido em 30/09/2024

PROJETO BASICO Nº 7/2024 - DPP (11.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/09/2024 13:44)

CARLOS HENRIQUE LOPES FALCAO

SUPERINTENDENTE

SPO-UFPE (11.02.01)

Matrícula: ###346#5

(Assinado digitalmente em 30/09/2024 11:50)

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

DIRETOR

DPP (11.02.04)

Matrícula: ###330#6

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **7**, ano: **2024**, tipo:
PROJETO BASICO, data de emissão: **30/09/2024** e o código de verificação: **9e0828beb1**